

Arruda propõe renda mínima para cidade com até 50 mil habitantes

Senador afirma que a idéia custa menos do que projeto de Suplicy e pode resolver problemas como migração, evasão escolar e fome, que afligem a sociedade brasileira

Homenagens a Zumbi começam hoje

Com uma programação que inclui mostra de cinema, exposição de artes plásticas e um encontro de parlamentares federais, estaduais e municipais, o Senado Federal assinala, a partir de hoje, a passagem do tricentenário da morte de Zumbi, o herói negro que estabeleceu o principal foco de resistência à escravidão, no final do século XVII, na Serra da Barriga, em União dos Palmares, Alagoas.

A exposição de arte negra será aberta hoje, às 10 horas, no Salão Negro, enquanto a mostra cinematográfica exibirá filmes diariamente, também a partir de hoje, sempre às 12h30min, no Espaço Cultural da Câmara. Os dois eventos estendem-se até o dia 8 de novembro.

O encontro parlamentar pela democracia racial foi confirmado para o dia 10 de novembro, a partir das 9h30min, no auditório Petrônio Portela. A abertura será feita pelo presidente do Senado, José Sarney, e terá a participação de representantes da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais. As atividades estão sendo organizadas por Comissão Especial do Senado, dirigida pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).



Arlindo Porto presidiu a comissão que esteve em três estados

Senadores visitam obra inacabada de Tucuruí

A conclusão da hidrelétrica de Tucuruí, cujas obras de construção foram iniciadas em 1975, é a grande prioridade do Pará, segundo assegurou o governador Almir Gabriel à Comissão de Obras Inacabadas do Senado, que em sua penúltima viagem pelo país visitou também Goiás e Tocantins. A comissão encerra nesta quarta-feira, em Vitória, o seu roteiro de visitas que incluiu todas as capitais brasileiras e outros municípios.

Para terminar a usina de

Tucuruí, o governo do estado estaria necessitando de R\$ 650 milhões. No total, será preciso aplicar R\$ 1,2 bilhão para finalizar todas as obras federais inacabadas e abandonadas no Pará.

Presidida pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG), tendo como relator eventual o senador Gerson Camata (PMDB-ES), a comitiva foi integrada ainda pelos senadores Mauro Miranda (PMDB-GO), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Ademir Andrade (PSB-PA) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Os graves problemas que afligem a sociedade brasileira, como fome, evasão escolar e migração, poderão ser resolvidos com a criação de um programa de renda mínima para famílias carentes das pequenas cidades do país. A afirmação foi feita sexta-feira pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao anunciar que apresentará, nesta semana, emenda ao projeto de Lei das Diretrizes de Bases da Educação visando à instituição daquele programa.

Arruda explicou que a emenda determina a adoção, pelo governo federal, de um programa de garantia de renda mínima exclusivamente para cidades de população inferior a 50 mil habitantes, beneficiando famílias carentes que tenham filhos em idade escolar matriculados em escola pública.

O senador brasileiro lembra, em defesa de sua iniciativa, que a grande parcela dos brasileiros situados abaixo da linha de pobreza se concentra nos pequenos municípios localizados principalmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Ele garantiu que os custos desse novo programa representariam cerca de um décimo dos valores previstos nas propostas defendidas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e pelo então senador Fernando Henrique Cardoso. Em apertes, os senadores Lúdio Coelho (PSDB-MS), Edison Lobão (PFL-MA) e Bernardo Cabral (AM) também debateram os problemas da educação brasileira.

Cabral teme epidemia de cólera

Página 4

Valmir quer manter contribuições

Página 3

Benedita pede uma ONU mais democrática

Senadora defende maior poder de decisão para a Assembléia-Geral e mudança no Conselho de Segurança a fim de que a organização desempenhe melhor seu papel no próximo milênio

É indispensável democratizar a Organização das Nações Unidas (ONU), para que ela possa desempenhar "mais e melhor seu papel no próximo milênio". A tese é da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que exaltou os méritos e lamentou as dificuldades e limitações da entidade, ao analisar sua trajetória nas comemorações do primeiro cinquentário.

A parlamentar pediu maior poder decisório para a Assembléia-Geral da ONU e a revisão do dispositivo que mantém cinco grandes potências como membros permanentes do Conselho de Segurança e com poder de veto sobre as deliberações do organismo.

Na avaliação de Benedita da Silva, a ONU permanece como "o grande canal para o diálogo aberto entre as nações, sendo o maior foro mundial de negociação". Se a organização fracassou, em muitas ocasiões, pelo descompasso entre seu discurso e as práticas de muitos dos governos que a integram, a senadora considera que enormes foram os avanços que a entidade propiciou no campo da integração dos povos. Exemplo disso, enfatizou,

foi a recente Conferência da Mulher, realizada pela ONU em Pequim e que teve a parlamentar carioca como integrante da delegação brasileira.

A senadora petista não acredita que "o destino da ONU seja intervir diretamente em conflitos armados", que hoje são mais de 20 em acompanhamento pela organização. "In-



Benedita: contra o veto dos grandes

felizmente, percebemos que apagar o fogo nos quatro cantos do planeta está acima das forças daquela organização".

Mesmo assim, acrescenta, suas forças de paz representam "um bálsamo para os refugiados, um alento para a população civil desesperada, de ambos os lados". É como um foro ético mundial que o organismo mais atua, conclui, "apontando diretrizes de comportamento e ação universais, denunciando abusos de toda ordem, investindo recursos e esforços na saúde e na pesquisa, na ecologia, na arte, na arquitetura, no trabalho".

Ouvintes da Voz do Brasil defendem apoio para pequenos produtores

A necessidade de maior apoio ao pequeno produtor foi a questão mais citada pelos ouvintes da *Voz do Brasil* que enviaram cartas ao programa, respondendo à pergunta sobre qual seria o maior problema regional, divulgada em setembro no bloco do Senado.

O desemprego foi o segundo problema mais enfocado, verificando-se que é a primeira preocupação das cartas enviadas da região Nordeste, enquanto o apoio ao pequeno produtor é a prioridade número um dos

ouvintes das regiões Sul e Norte.

Em terceiro lugar estão as respostas que mencionaram a necessidade de se aumentar o salário mínimo como o maior problema da respectiva região. Já a corrupção administrativa e a falta de fiscalização no uso das verbas públicas vieram em quarto lugar entre todas as cartas.

Também foram mencionados por grande número de ouvintes como problemas de solução prioritária a eletrificação, especialmente rural, e a melhoria do sistema de saúde,

com ênfase no fornecimento de medicamentos aos carentes e ao reequipamento dos postos de saúde.

Das 104 cartas recebidas, 25 defenderam a manutenção do informativo, e 14 traziam relatos de problemas pessoais e pedidos de auxílio. Outros ouvintes dirigiram perguntas específicas a senadores. Um resumo das cartas recebidas e do quadro regional das respostas foi encaminhado aos senadores pela Secretaria de Comunicação Social do Senado.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

Terça-feira (31.10.95)

15h30 - Segundo dia de discussão em segundo turno das *PECs nºs 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, e 40/95 (discussão do substitutivo), que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.

Quarta-feira (1º.11.95)

15h30 - Diversas matérias, destacando-se o terceiro e último dia de discussão em segundo turno das *PECs nºs 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, e 40/95 (discussão do substitutivo), que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde.

COMISSÕES

Terça-feira (31.10.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 178/95 (terminativo), que institui incentivo creditício para os mini e pequenos produtores rurais mediante dedução no valor do imposto de renda devido pelas instituições financeiras públicas; *PLS nº 39/95 (terminativo), que dispõe sobre a continuidade de execução das obras públicas; e *PLS nº 206/95 (terminativo), que dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos da disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, na Caixa Econômica Federal, e dá outras providências. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Discussão do parecer do relator, senador Waldeck Omelas, sobre as 5 emendas coletivas da comissão ao Orçamento da União para 1996. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: Exposição do governador de São Paulo, Mário Covas. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.



Nabor Júnior

Emenda para desafogar o Congresso

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou sexta-feira proposta de emenda constitucional destinada a eliminar o acúmulo, sobretudo, dos vetos e medidas provisórias que congestionam a pauta de votações do Congresso Nacional. Ele quer que as medidas provisórias sejam votadas em 60 dias e os vetos em 90 dias, nas duas Casas do Legislativo. Seu projeto teve o endosso de 63 senadores.

Conforme o parlamentar, a opinião pública atribui o congestionamento da pauta à "inércia e inoperância do Legislativo", o que, em sua opinião, é uma idéia equivocada do que de fato acontece nos plenários e nas comissões da Câmara e do Senado. Nabor esclareceu que o Senado está com suas atividades rigorosamente em dia, assim como a Câmara. O estrangulamento, portanto, reside nas sessões e nas Comissões conjuntas do Congresso, onde centenas de dispositivos vetados e dezenas de medidas provisórias aguardam deliberação.

Nabor Júnior considerou absurdo que uma norma legal passe dois anos sendo republicada praticamente inalterável, e atribuiu o problema ao número gigantesco de medidas provisórias e de vetos enviados pelo Poder Executivo e ao pequeno prazo de 30 dias para a tramitação.

Valmir defende serviços mantidos por contribuições de empresas

Intenção do governo de acabar com taxas para Sesc, Senac, Sesi e Senai é criticada pelo senador, que defende formação de mão-de-obra

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) criticou sexta-feira a intenção do governo de acabar com as contribuições para os serviços social e de formação de mão-de-obra mantidos pelo comércio e pela indústria - Sesc, Senac, Sesi e Senai.

- O Brasil não pode cruzar os braços diante da ameaça de extinção dessas instituições; ao contrário, necessita injetar nelas o capital necessário para que nunca lhes falte o ânimo de bem servir e amparar o trabalhador, sua família e a comunidade ca-



Valmir Campelo

rente de modo geral - defendeu o senador.

Ele explicou que a contribui-

ção de 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas para a sustentação desses serviços representa importante investimento empresarial, porque só assim a indústria e o comércio podem contar com trabalhadores mais saudáveis e melhor preparados.

Valmir Campelo disse que a discussão da reforma tributária no Senado será o momento ideal para que o Brasil repense a carga imposta sobre os trabalhadores assalariados e para que adote um método definitivo de controle da evasão fiscal.

Para José Ignácio, CNA ajuda homem do campo

O abandono da tradicional vocação agrícola brasileira em favor de uma modernidade para a qual o país não estaria convenientemente preparado foi criticado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que destacou os benefícios prestados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) ao homem do campo. Segundo o senador, o Senar, entidade privada coordenada pela Confederação Nacional de Agricultura, tem obtido sucesso no programa de formar profissionais e promover socialmente os trabalhadores assalariados e autônomos, além dos produtores rurais em regime de economia familiar.

- O trabalho que a Confederação Nacional de Agricultura vem desenvolvendo em todo o país para manter o trabalhador rural ligado à terra, afastando-o da tentação das



Jose Ignacio

ciudades feérica-mente iluminadas, é digno de aplausos e merece ser estimulado - disse José Ignácio. Para ele, entretanto, é indispensável que o governo faça a sua parte e desenvolva a curto prazo uma política agrária adequada à realidade nacional. "Só assim se evitará que o campo seja transformado, num futuro não muito remoto, em extensa e silenciosa campã", garantiu.

José Ignácio entende que, em nome da modernidade, o Brasil vem destruindo sistematicamente a atividade rural, restringindo as linhas de crédito, dificultando a comercialização de safras e prestigiando a produção externa em detrimento da interna. A seu ver, o governo dedica ao produtor rural um tratamento de pária: "Quando não o encara como pedinte, rotula-o de assaltante em potencial do Erário".

Jefferson vê mistério em corte de verba

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) qualificou de "mistério insondável a definição de critérios adotados pela burocracia oficial para a elaboração da proposta orçamentária", ao criticar a redução pela metade dos recursos destinados às escolas técnicas federais.

Segundo Jefferson, a "drástica redução" foi feita de forma unilateral, sem que fosse ouvido sequer o ministro da Educação. Em aparte, Bernardo Cabral (AM) disse que o problema é "extensão do

que se fez com as universidades federais e resulta da desorientação orçamentária". Já Wilson Kleinübing (PFL-SC) comentou que bastariam os "quebrados" que sobram dos R\$ 22 bilhões destinados a pagamentos de juros da dívida da União em 1996 para se resolverem todos os problemas do ensino técnico federal no Brasil.



Jefferson

Cabral teme que cólera vire epidemia

Superintendência de Saúde do Amazonas já registrou 222 casos no interior do estado desde setembro. Senador culpa as péssimas condições de saneamento



Guilherme Palmeira

Palmeira presta homenagem a político de AL

A personalidade de Aureliano Cândido Tavares Bastos foi destacada pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que se associou às homenagens que estão sendo prestadas por ocasião dos 120 anos do nascimento desse político e publicista alagoano, membro da Academia Brasileira de Letras.

Embora não tenha vivido por muito tempo, pois faleceu em 3 de dezembro de 1875, aos 37 anos, Tavares Bastos produziu uma obra de grande importância para a compreensão dos problemas brasileiros - disse Guilherme Palmeira.

Segundo Palmeira, o político alagoano tratou de assuntos que até hoje estão na pauta das discussões nacionais, como a questão eleitoral, a reforma administrativa, a utilização dos recursos hídricos, a riqueza da Amazônia e as relações exteriores, entre outros temas.

A notícia da morte de índios por cólera em Tabatinga, na região do Alto Solimões, e a suspeita sobre seis casos registrados no porto de Manaus, em pessoas vindas do interior do estado, levaram o senador Bernardo Cabral (AM) a fazer um apelo ao presidente da Fundação Nacional de Saúde, Edmundo Juarez, no sentido de impedir que o cólera se transforme numa epidemia no Amazonas.

Segundo o senador, desde setembro, a Superintendência de Saúde do Estado já registrou 222 casos de cólera no interior. "O chefe do setor de epidemiologia do órgão acredita que o cólera está tomando-se uma endemia no Amazonas pelas péssimas condições de saneamento em que vivem os interioranos", alertou o senador.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a região amazônica é muito vulnerável ao cólera e que no Acre já foram registrados alguns casos. O senador defendeu a adoção de medidas cautelares por parte das autoridades sanitárias para evitar uma incidência maior da doença. Nabor acrescentou:

— No município de Tarauacá, de onde sou originário, houve um surto de febre tifóide com mais de 400 casos, em virtude de inundações do rio Tarauacá, que transbordam as fossas, e pela falta de saneamento básico — revelou Nabor Júnior.

Cabral destacou a campanha que tem sido feita nos últimos meses junto aos barcos de passageiros no porto de Manaus,

mas que ainda considera insuficiente. De acordo com o senador, a responsabilidade maior deve recair sobre a autoridade sanitária, principalmente pelo fato de a região caracterizar-se como conflu-

ência de fronteira e pelo trânsito de procedências diversas, tornando-se o canal adequado para a chegada do cólera.

Para o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a solução para esse tipo de problema pas-



Bernardo Cabral

sa por um modelo de desenvolvimento regional que desconcentre oportunidades, fazendo com que a região amazônica, o Centro-Oeste e o Nordeste tenham oportunidades e incentivos ao desenvolvimento econômico auto-sustentável.

— Não é fácil tratar o problema saúde enquanto não se tratar o problema educação, intimamente ligados, porque esses dois se juntam como terrível arma contra a população brasileira - concluiu Cabral.

Amorim condena má utilização de empréstimo

O senador Ernandes Amorim (RO) denunciou sexta-feira que o governador de Rondônia, Valdir Raupp, pretende usar o empréstimo de R\$ 150 milhões que está sendo concedido ao estado pela Caixa Econômica Federal,



Ernandes Amorim

destinado ao pagamento do funcionalismo, "para pagar contas atrasadas a empreiteiros e fornecedores com reajustes superfaturados".

Ele informou ter enviado ofício aos ministros da Fazenda e do Planejamento com as

cópias das representações que formulou ao Ministério Público sobre malversação de recursos federais, requerendo que o empréstimo seja vinculado ao pagamento de pessoal.

— Não podemos ir contra a concessão do empréstimo, pois sem ele os servidores não vão receber seus salários, mas não podemos aprovar a concessão deste empréstimo se for para pagar as contas atrasadas com reajustes superfaturados - reiterou.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.